

O DIREITO À CIDADE E A CONSTRUÇÃO DA METAGEOGRAFIA¹

ANA FANI ALESSANDRI CARLOS

Departamento Geografia
Universidade de São Paulo – USP
Pesquisadora do CNPq
afanic@usp.br

RESUMO

O texto foi desenvolvido a partir da seguinte tese: no momento atual, a produção da cidade aparece e é vivida pelos cidadãos enquanto exterioridade, fato revelado pela prática urbana fragmentada, pelo desenvolvimento da propriedade privada que se realiza contra a apropriação, pela normatização do poder político, pelas necessidades de reprodução continuada do ciclo do capital – todos como negação da vida urbana. A reprodução do espaço urbano revela que a urbanização do século XXI se realiza pela extensão e aprofundamento da contradição entre a produção social do espaço e sua apropriação privada. Essa situação atualiza a alienação no mundo moderno, ao mesmo tempo que sinaliza a superação dessa alienação através da luta em torno do direito à cidade. O direito à cidade, como categoria de análise, coloca no centro do debate o devir e permite construir um diálogo com as propostas de “gestão da cidade”, ao mesmo tempo que funda a construção de uma outra possibilidade, nascida na vida cotidiana. No plano teórico, a construção da metageografia aparece como momento de crítica necessário ao enfrentamento da crise teórica e prática da cidade. As idéias apresentadas realizam três movimentos: (1) a produção da cidade enquanto exterioridade; (2) da geografia à metageografia; (3) o direito à cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Metageografia. Geografia. Metrópole. Gestão urbana. Espaço urbano.

THE RIGHT TO THE CITY AND THE BUILDING OF A METAGEOGRAPHY

ABSTRACT

This essay is built upon the following thesis: today, urban citizens see and live the production of the city as an external fact. This is revealed by the fragmentation of urban practices, by the development of private property, by the standardization of political power and by the ever-increasing reproduction needs of the capital cycle. All these processes negate urban

¹ Este artigo corresponde à aula proferida no Concurso de Professor Titular em Geografia realizado no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 5 de abril de 2005.

life. Twenty-first century urbanization is characterized by the extension and deepening of the contradiction between the production of social space and its private appropriation; as a result, alienation has been updated in the modern world. The paper emphasizes the importance of the struggles for the right to the city for overcoming alienation. As an analytical category, the right to the city sheds light on the importance of the future and allows a dialogue with current-day proposals of city management and entrepreneurship; it also points to an alternative possibility, based on everyday life. A metageography is needed for fighting the theoretical and practical crises of the city. The ideas presented in this essay are developed in three movements: (1) the production of the city as an external fact; (2) from geography to metageography; and (3) the right to the city.

KEY-WORDS: Metageography. Geography. Metropolis. Urban management. Urban Space.

INTRODUÇÃO

O tema escolhido para o desenvolvimento deste artigo se insere num conjunto de preocupações:

A primeira delas nos situa diante da provisoriedade da produção do conhecimento, o que nos propõe novos desafios interpretativos; afinal, como afirma Henri Lefebvre, “o saber adquirido coloca-se em questão e, o momento da dúvida, pertence ao saber como aquele da afirmação”². Isso porque a história do conhecimento é aquela de sua própria superação. Com isso se esvai a possibilidade de construção de uma verdade absoluta; assim entendo que o desenvolvimento do pensamento geográfico envolve, constantemente, a sua crítica bem como o questionamento da própria disciplina.

Por outro lado, nada nos autoriza a acreditar que há um único caminho teórico metodológico possível para a construção de um saber sobre a realidade, o que significa que a abordagem, aqui considerada, é apenas uma dessas possibilidades.

A segunda preocupação situa esta aula, no contexto da produção geográfica sobre a cidade e o urbano a partir do entendimento da dimensão espacial – que é o especificamente geográfico. Lacoste³, dentre muitos geógrafos, afirma que a razão de ser da Geografia é “saber pensar o

² Henri Lefebvre, *Une pensée devenue monde*. Paris: Fayard, 1980, p. 75.

³ Yves Lacoste, *Paysages politiques*. Paris: Biblio Essais, 1990, p. 35.

espaço em sua complexidade”; o que nos dias atuais, sob a égide da globalização, é fundamental pois, como assevera Harvey⁴, a solução das crises e impasses do capitalismo para facilitar a acumulação do capital e abrir caminho para a acumulação num estágio superior requer uma organização geográfica – a produção capitalista do espaço.

Mas pensar o espaço significa transcender a dimensão de localização dos fenômenos, o que produziu e ainda produz a correlação imediata da Geografia à pura e simples localização dos fenômenos. Como chama atenção Orlando Ribeiro⁵ em seu “Geografia e civilização”, as formas, os sítios, as paisagens constituem o campo de trabalho do geógrafo, mas, partindo da observação, ele ascende ao homem. Entendo que o enfoque espacial envolve a sociedade em seu conjunto, em sua ação real e concreta materializando-se através de uma prática socioespacial, que diz respeito à vida humana.

A terceira contempla o debate brasileiro em torno do “direito à cidade”, o que convoca os pesquisadores a pensar as possibilidades futuras que a sociedade brasileira se coloca como caminho de superação dos problemas vividos na cidade.

Essas considerações iniciais explicam a necessidade da construção de um **conhecimento crítico** como condição para a construção de um entendimento do mundo moderno. O que não se faz sem dificuldades, pois a Geografia nos coloca diante dos limites das ciências parcelares, cuja especialização tende a limitar o campo dos problemas na medida em que se apóia na fragmentação da realidade. Evidentemente esse não é um problema apenas da Geografia – as ciências parcelares se encontram diante dessa limitação, além do que, a produção de um conhecimento sobre a cidade e o urbano evidencia o fato de que ela é objeto de estudo de várias disciplinas, o que tem conduzido as investigações no campo da interdisciplinaridade ainda insuficiente, a meu ver, para reunir os fragmentos capazes de pensar o fenômeno urbano em sua totalidade dialética.

O urbanista mexicano Pradilla Cobos⁶ nos propõe a construção de uma transdisciplina, quer dizer, a elaboração, pelas ciências sociais, de uma grande teoria capaz de dar coerência aos processos sociais e territoriais analiticamente diferenciados, diante da crise de paradigmas teóricos que tem deixado caminho livre ao empirismo e ao produtivismo.

⁴ David Harvey, Espaços de esperança. São Paulo: Loyola, 2004, p. 80-81.

⁵ Orlando Ribeiro, Geografia e Civilização. Lisboa: Livros Horizonte, 1992, p. 10.

⁶ Emilio Pradilla Cobos, Teoria Territorial: entre globalização e fragmentação. Ciudades, Puebla, n. 29, 1996.

Já Milton Santos⁷ propõe uma metadisciplina como necessidade de construir o objeto de uma disciplina como parcela autônoma sem desconsiderar sua independência com o saber geral. “O desafio de separar da realidade total um campo particular, suscetível de mostrar-se autônomo e que, ao mesmo tempo permaneça integrado à realidade total” coloca o Autor diante da preocupação com a construção de uma visão totalizante do mundo a partir de sua província do saber; nessa direção avança a hipótese de construção de uma filosofia menor, uma metageografia que ofereça um sistema de conceitos capaz de reproduzir as situações reais do ponto de vista⁸ geográfico.

Sinteticamente aponto que a análise aqui apresentada propõe um deslocamento do problema tanto do **plano ontológico** como pretende Milton Santos⁹ (para quem os conceitos por definição devem ser internos ao objeto do saber geográfico), como do **plano epistemológico** enquanto reflexão sobre o saber adquirido, realizando-se no plano abstrato das idéias. A análise aqui desenvolvida enfoca o movimento do pensamento que vai na direção do concreto, para considerar a prática urbana envolvendo a sociedade em seu conjunto, em sua ação real – em seu conteúdo social - objetivando-se. Assim, as relações sociais se materializam enquanto relações espaciais, concretamente na cidade. Tal afirmação supera o entendimento da cidade enquanto quadro físico, aglomerado de homens e coisas, abrindo a perspectiva de entendê-la em sua pluralidade de sentidos - usos possíveis, enquanto lugares de convivência, de reunião, de sociabilidades, lugares, onde se desenvolve a vida confrontada com as transformações, em suas persistências e rupturas, ao mesmo tempo em que esperança e desejo.

Desse modo nos confrontamos com a realidade em sua dinâmica contraditória. Cisões e separações vividas aparecem de forma evidente na cidade onde o mundo do trabalho impõe a aceitação total das condições contratuais; onde a vida se realiza enquanto privação – enquanto fome, desemprego –; onde o isolamento provoca o empobrecimento significativo das relações sociais que desvaloriza o homem, em detrimento do objeto criado, cuja posse significa riqueza e poder, revelando a solidez da ordem capitalista e com ela a imersão das relações entre as pessoas no mundo das coisas – o mundo trata melhor quem se veste bem, apregoa a propaganda da USTOP; “quem ama compra”, sinaliza um cartaz na rua

⁷ Milton Santos, *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 17.

⁸ Idem, *ibidem*. p. 92.

⁹ Op cit, idem, *ibidem*.

Joaquim Cachoeira, em São Paulo (Zona Oeste), às vésperas do dia dos namorados de 2001.

No plano do conhecimento, a lógica capitalista orienta a inteligibilidade construída sob a luz do crescimento e do progresso que ganha novo discurso com o advento da globalização. Alguns analistas a associam à busca da sustentabilidade, através do equilíbrio necessário à manutenção da reprodução, fixando o devir histórico como ordem imutável das coisas; outros, à negação da inteligibilidade construída sob a luz do crescimento e do progresso. Nessa perspectiva, faz-se necessário entender o conjunto dos processos e relações sociais que fazem da cidade o campo de consolidação da racionalidade fundada na reprodução sempre ampliada do capital, sob o comando do Estado. Ao mesmo tempo e, contraditoriamente, produziu a cidade enquanto lugar da realização da vida humana em todas as suas dimensões.

Apesar da advertência de Georges Perec sobre a impossibilidade de uma definição satisfatória de cidade, urge, ao menos, apontar um entendimento a partir do qual construímos nosso raciocínio. As definições produzidas pelos clássicos da Geografia como Sorre, Le Lannou, George, Brunhes revelando a cidade ora como nó – entroncamento de vias de circulação, centro de trocas, ou mesmo reunião de homens – ora em sua contraposição ao campo mostram sua insuficiência. Como aponta Canclini¹⁰, a idéia de cidade se refaz em função do momento histórico, requerendo novos parâmetros de análise.

Sem negar a idéia de centralidade como conteúdo da noção de cidade, é de fundamental importância considerar três dimensões espaço-temporais:

Primeiro, em sua dimensão histórica, a cidade é obra da civilização e nessa condição, produto realizado ao longo de uma série de gerações (portanto trabalho materializado) e, nesse plano, aparece como acumulação de tempos. Em **segundo** lugar, enquanto prática social, a cidade é espaço – tempo da ação que funda a vida humana em sua objetividade (não limitada a um simples campo de experiência segundo a definição de Augustin Berque). Nessa condição, a cidade é, por excelência, o lugar da apropriação da vida, através do corpo e de todos os sentidos, que para Lefebvre são as determinações do ser humano. **Finalmente**, devemos pensá-la como virtualidade, possibilidade futura de realização da vida – nesse plano, ela aponta a universalidade do humano.

¹⁰ Nestor Canclini, *Imagários urbanos*. Buenos Aires: Eudeba, 1999.

Passado, presente e futuro ganham sentido na produção da cidade enquanto **objetivação**. Nessa perspectiva, a cidade poderia ser vislumbrada como obra de arte, possibilidade apontada por Mumford. Mas aqui recorreremos ao sentido de obra de arte de Hegel¹¹ para quem a obra de arte é produto da atividade, o que, a meu ver, potencializa a importância da apropriação, pois é a atividade humana enquanto criação. A apropriação se daria através “da natureza em torno do ser humano e nele – sua própria natureza, sentido, sensibilidade, sensorialidade, necessidades e desejos”¹².

Se é possível reconhecer, como faz Lefebvre¹³, que para cada forma artística corresponde um sentido humano, a pintura e a escultura para o olho, a música para um ouvido, (ainda podemos acrescentar) ou a culinária para o gosto, a cidade, enquanto prático-sensível, nesse raciocínio, pode ser relacionada ao corpo, mas enquanto tal, ele inclui todos os sentidos humanos. Assim, a cidade enquanto obra de arte é produzida para o corpo – vivida pelo homem através de todos os seus sentidos. Todavia, a cidade enquanto obra de arte, não é a produção de um só indivíduo, senão do conjunto da sociedade, o que dispõe um indivíduo em relação ao outro nas relações que se estabelecem entre eles. Com isso, a cidade é obra de todos para cada um – é a história particular realizando-se como história coletiva¹⁴. Esse é o raciocínio que orienta o entendimento da cidade como criação, como objeto rico de sentido e nessa condição, a cidade é possibilidade capaz de liberar o ser humano de seus limites. Esse argumento aponta o universal projetando-se além do mundo circundante.

A análise da cidade enquanto produção humana comporta o inacabado proveniente do ato/ação continuados da reprodução social. Assim, o processo é objetivo e caminha para a objetivação enquanto realização do homem – em sua prática ao longo da história, manifestando-se diferencialmente e com conteúdos diferenciados em relação aos momentos da história.

As relações sociais ocorrem num lugar determinado sem o qual não se concretizariam, num tempo fixado ou determinado que marcaria a duração da ação. O espaço e o tempo aparecem através da ação humana em sua indissociabilidade. Como modo de apropriação objetiva, o lugar concretiza a existência humana enquanto processo de reprodução da vida nos atos do

¹¹ Hegel, *Filosofia da história*. Brasília: Editora UNB, 1999.

¹² Henri Lefebvre, *Metafilosofia*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 64.

¹³ Henri Lefebvre, *Introduction à l'esthétique*. Paris: Éditions Sociales, 1953.

¹⁴ Esse raciocínio reconhece a importância da apropriação do mundo pelo homem, enquanto ato de criação.

morar, de trabalhar, de lazer, de locomoção em lugares definidos para cada uma dessas finalidades.

Essa realidade engloba vários planos espaço-temporais vividos enquanto uso, isto é, enquanto momentos e usos dos lugares, pois nossa existência tem uma corporeidade, nós agimos através do corpo, ele é o nó vital, imediato, visto pela sociedade como fonte e suporte de toda a cultura, como aponta Perec¹⁵, o corpo nos dá acesso ao mundo. É assim que se criam os laços identitários que produzem a idéia de pertencimento que sustenta a memória, tornando indissociáveis cidade e cidadania como bem o demonstram as tragédias de Sófocles e Eurípides. É assim que para Olivier Mongin¹⁶, “só existe cidade em função dos percursos e trajetórias que ela torna possível”. É assim que o escritor-geógrafo francês Julien Gracq em “La forme d’une ville” afirma que a cidade de Nantes (na França) o formou como indivíduo.

Assim, a cidade como obra é objetivação, mas ao mesmo tempo o homem produz a consciência dessa objetivação e o faz subjetivando-se. Essa articulação objetivação-subjetivação ilumina a realidade prático-sensível – a cidade vivida pelo cidadão em sua imediaticidade, através de todos os seus sentidos. É nesse sentido que o espaço aparece enquanto condição, meio e produto da reprodução social; por isso a cidade revela-se em sua dimensão socioespacial.

Mas enquanto **subjetivação**, a consciência das alienações eclodem e a apropriação se defronta com a propriedade percebida como empobrecimento da sensibilidade, da cultura, da vida cotidiana porque ela impede o acesso ao mundo urbano, não apenas a casa. Nessa condição a produção do espaço metropolitano, por exemplo, revela o momento da reprodução – o planejamento autofágico esvaziando a história. Como assinala Choay, estamos diante de um mundo que não é mais aquele dos lugares e dos territórios, mas dos fluxos e redes. Essa situação cria uma nova consciência.

Nessa condição, a cidade também é o lugar dos conflitos que surgem como reivindicação, ou em torno da luta pelo direito à cidade, obrigando-nos a considerar, em sua radicalidade, a transformação da sociedade porque este é o conteúdo do direito à cidade. Nessa condição, “direito à cidade” como categoria central da análise, introduz o negativo – a revolta da

¹⁵ Georges Perec, *Espèces d’espaces*. Paris: Galiléé, 1974.

¹⁶ Olivier Mongin, *De la ville à la non ville*. In: Jacques Lévy et al, *De la ville et du citadin*, Lille: Éditions Parenthèses, 2003, p. 41.

sociedade contra aquilo que segrega, afasta, impede a realização da vida na cidade, e com isso a interrogação sobre a realidade como condição para a construção de um projeto futuro. Essa situação cria uma nova consciência.

A tese norteadora do raciocínio aqui desenvolvido repousa na idéia de que, no momento atual, a produção da **cidade aparece e é vivida pelos cidadãos enquanto exterioridade** revelada pela prática urbana fragmentada, pelo desenvolvimento da propriedade privada que se realiza contra a apropriação (isto é, subtraindo o uso); pela normatização do espaço pelo poder político, pelas necessidades de reprodução continuada do ciclo do capital – todos como negação da vida. Significa dizer que a reprodução do espaço urbano revela que a urbanização do século XXI se realiza pela extensão e aprofundamento da contradição entre a produção social do espaço e sua apropriação privada. **Essa situação atualiza a alienação no mundo moderno**, ao mesmo tempo que sinaliza a superação dessa alienação pela luta em torno do direito à cidade como negatividade.

É essa reflexão que funda a crítica que se abre para a construção de uma **metageografia**, centrando a construção do conhecimento em torno de uma problemática aberta; a construção do possível. A construção do pensamento justapõe três movimentos:

1º MOVIMENTO: A PRODUÇÃO DA CIDADE ENQUANTO EXTERIORIDADE

A cidade enquanto exterioridade denota as profundas transformações ocorridas nas relações espaço – tempo que fundam o período da modernidade. Alguns autores chegam mesmo a definir esse momento através da qualificação do tempo tornado efêmero. Para a Geografia isto é insuficiente. O tempo é indissociável do espaço.

As profundas transformações no tempo decorrentes de mudanças no processo produtivo invadem a vida cotidiana, interferem na prática social, apontando a tendência da produção do que chamo de espaço amnésico – produzido pela tendência incontestável da destruição dos referenciais que fundam a vida, tornando atual o poema “O Cisne” de Charles Baudelaire. Vou me ater apenas à celebre frase **“A FORMA DE UMA CIDADE MUDA MAIS RÁPIDO QUE O CORAÇÃO DE UM MORTAL”**. Aqui a palavra “mortal” em sua **transitoriedade**, denota o **descompasso entre o espaço-tempo** da realização da vida e aquele da transformação da morfologia da cidade vista através da relação vivida pela *flâneur* na grande cidade em

transformação. Nas palavras de Walter Benjamim, Baudelaire revela o desaparecimento da vida privada na grande cidade¹⁷; a meu ver, a essa situação se associa uma profunda ruptura entre o fora e o dentro, entre a vida privada e a vida coletiva, entre o público e o privado, percebida sob a forma do estranhamento do cidadão diante da cidade. Produzida pelo trabalho social, como obra da civilização e nessa condição “feita para durar”, a cidade se reproduz sob uma nova lógica; como escreve Goethe, “tudo se movimenta, como se o mundo, o mundo formado, quisesse se desmanchar retornando ao caos e à noite e formando-se de novo”. E como se o homem estivesse condenado segundo Richard Wagner, “a mover-se no tempo presente”¹⁸.

Presentida e vivida primeiramente pela poesia, Baudelaire antecipa os termos da modernidade – a efemeridade do tempo – o tempo irradiado pela técnica que vira velocidade, a preocupação com a diminuição do tempo de circulação das mercadorias e a articulação dos lugares na rede, a partir da divisão territorial do trabalho, transformam profundamente a morfologia urbana na medida em que todo o espaço se torna produtivo. Nesse processo, o espaço tornado lugar de passagem, e o tempo tornado produtivo esvaziam o sentido do uso. Espaço e tempo tornados abstratos esvaziam-se de sentido produzindo uma nova identidade, a identidade abstrata fundada no desenvolvimento do mundo da mercadoria definida pelos parâmetros da reprodução do capital.

Assim se revela a produção amnésica do espaço, momento em que a cidade se transforma, renovando-se com a destruição dos lugares, e com eles os referenciais que produzem a identidade que sustenta a memória. Esse é o movimento da reprodução, como apontei anteriormente.

Parece oportuno assinalar que, anunciada por Baudelaire na metade do século XIX e aprofundada no início do século XX, a arte antecipa e acentua as mudanças através da redefinição – senão explosão – dos referenciais; a música revela a destruição do universo tonal (“A Sagração da Primavera” de Strawinsky, provoca escândalo em Paris, como já ocorrera com Tanhauser de Wagner o que gerou uma longa carta de desculpas endereçadas a este por Baudelaire indignado com a atitude dos franceses

¹⁷ Cf. Espaço & Debates, n. 44.

¹⁸ Pietro Citati, Goethe. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, p. 42; Nietzsche, Correspondência com Wagner. Lisboa: Guimarães Editores, 1990, p. 54. Cf. Ana Fani Alessandri Carlos, Espaço e Tempo na Metrópole, Tese de Livre Docência, São Paulo, Departamento de Geografia, USP, 2000, p. 361, mimeografado.

durante a apresentação da ópera em Paris¹⁹), a forma fixa da escultura como revela o Manifesto Futurista deve expressar a velocidade do universo técnico, e a pintura aponta o fim da perspectiva; a linha do horizonte desaparece. A obra cubista é sintomática desse momento: ela revela a ruptura total na forma de representar o espaço onde os objetos estão reduzidos à sua forma mais objetiva. Estamos diante da construção de referenciais que não se apóiam nem são produtos da história acumulada, mas impostos²⁰. A colagem feita por Picasso, criando referências postizas em suas obras do período cubista, indica, metaforicamente, esse processo.

Brasília representa de modo paradigmático esse processo de abstração enquanto produção de um espaço sem espessura onde os conteúdos da história acumulada deixam de ser referência – a ponto de Lúcio Costa escrever em “esboços” sobre o plano piloto da cidade que seria produzida no interior do país para abrigar a nova capital do país – “Brasília: cidade que invente!”. O plano da cidade aparece desenhado sobre uma folha em branco, cada lugar autonomizado dá lugar a um uso com uma função específica, definidos a priori. A lógica visual emite uma ordem que define o lugar do corpo e o que circula é o automóvel, e mesmo assim, em velocidade. O tempo é aquele do percurso, o lugar reduzido à distância percorrida se submete ao tempo. O espaço perdeu a espessura, ganhando qualidades geométricas – que esvaziam os lugares da vida. A vida se empobrece e, no processo, a identidade deve constituir-se a partir de parâmetros exteriores e impostos à vida cotidiana. Essa é a produção abstrata do espaço que de forma fragmentária vai se realizando, tendencialmente, nos interstícios da metrópole paulista hoje.

Nessa perspectiva, a consciência da vida aparece como consequência do imediato. Para viver a modernidade, para se interceptar os choques da vida cotidiana em seu empobrecimento, é preciso ter a constituição de um herói, conforme aponta Rouanet²¹. Concentrando-se na consciência imediata, o homem moderno perde todo o contato com a tradição, transformando-se numa vítima da amnésia.

A vida moderna vai se constituindo, em sua ambigüidade – a casa do indivíduo pode mantê-lo ligado ao mundo todo pela rede de computadores e

¹⁹ Essa carta está publicada num pequeno livro “Richard Wagner e Tanhauser em Paris”, São Paulo: EDUSP, 1980, edição bilingüe.

²⁰ O interessante é que a modernidade se realiza com o resgate do primitivo – de novo podemos fazer referência à pintura cubista de Picasso (*Demoiselles d'Avignon*) e *A Sagração da Primavera* de Stravinsky.

²¹ Sergio Paulo Rouanet, *É a cidade que habita os homens ou são eles que moram nelas?* In: *Simpósio Sete Perguntas a Walter Benjamin*, São Paulo: Instituto Goethe, 1990.

pela televisão dando sensação de que o tempo foi domado, mas a velocidade dos contatos aumentada pela eficiência das comunicações esvazia o uso – bem como o conteúdo das relações sociais – e novos objetos entram na vida cotidiana realizando a alienação. Assim, o cotidiano enquanto instância que liga espaço-tempo revela o esvaziamento e enfraquecimento das relações sociais na cidade, o isolamento na “aldeia global”, e a crise pode ser lida através dos sintomas do empobrecimento da vida cotidiana:

1. com a destruição da rua enquanto marco da sociabilidade, o fim das relações de vizinhança, a destruição do pequeno comércio de bairro – possibilidade de sociabilidade –, a proliferação dos *shopping centers* como lugar de lazer (a importância crescente da televisão e do computador pessoal);
2. na extensão do mundo da mercadoria que produz a cidade enquanto valor de troca em detrimento do uso visto pela deterioração dos espaços públicos;
3. a deterioração do centro e a explosão da cidade em imensas periferias;
4. a exacerbação da norma como mediação necessária ao estabelecimento do uso do espaço da cidade; aqui me refiro aos interditos que pontuam a relação do cidadão com a cidade;
5. na crescente violência que tem, nos últimos tempos, contribuído para o “isolamento das pessoas, presas em suas casas”, povoadas por novos objetos, onde a TV reina absoluta, redefinindo valores morais, gostos e criando modelos de comportamento associado;
6. o desenvolvimento do narcotráfico que coíbe, constrange e redefine o uso dos espaços da cidade, penetrando na vida cotidiana, submetendo-a a sua convivência como condição de sua realização;
7. a cultura tratada como mercadoria vendível através de espaços previamente produzidos para esse tipo de consumo (os bares temáticos são um bom exemplo) significa a captura do tempo de lazer em consumo do tempo e do espaço a ele destinados.

Nesse contexto, há a emergência do que Horkheimer chama de um novo “ser no mundo”, que se revela num novo individualismo fundado em novos comportamentos ligados à constituição do reino do objeto, onde o homem, na sua realidade imediata, aparece não mais como indivíduo real, mas como “membro imaginário de uma soberania imaginária”²² preso a um consumo programado que o separa do outro. Nesse quadro, o homem é o consumidor, por excelência, e só nessa condição, é parte integrante da massa, sujeito e objeto de manipulação. Sua sobrevivência se cumpre pelo mais antigo dos meios biológicos de sobrevivência, isto é, o mimetismo²³.

²² Karl Marx, A questão judaica. São Paulo: Moraes, 1984, p. 27.

²³ Max Horkheimer, Eclipse da razão. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976, p. 152.

Como escreve Rouanet²⁴, “privados de sua individualidade, os homens são condenados ao conformismo” – o que pode explicar o sucesso dos *reality shows*.

Esse processo é consequência do desenvolvimento da reprodução capitalista através da construção da nova relação espaço-temporal que se realiza com a hegemonia de novos setores econômicos de realização do capital que vão **produzir um novo espaço** a partir de três elementos fundamentais, revelando a passagem da hegemonia do capital industrial para o capital financeiro:

1. a produção dos espaços de lazer e destinados ao turismo aponta a passagem da produção, ao consumo do espaço vendido a partir de seus tributos particulares” – que se traduz no chamado “turismo de negócios”;

2. o desenvolvimento do narcotráfico, como nova atividade econômica, pela sua ilegalidade pressupõe como estratégia diferenciada a dominação de um espaço – produzindo uma forma específica de segregação espacial.

3. a realização do capital financeiro produz a **cidade enquanto negócio**, revelando o modo como o capitalismo se realiza em seu estágio atual – a reprodução do capital se realiza através do espaço – mercadoria como extensão do mundo da mercadoria. Vou me deter nesse raciocínio que explica as transformações que ocorrem em São Paulo, hoje.

No plano econômico, há um indiscutível movimento de deslocamento dos estabelecimentos industriais do centro da metrópole em direção principalmente para o interior do Estado de São Paulo, num eixo de 200 km de raio a partir do centro da metrópole, produzindo o que alguns chamam de macrometrópole. Todavia, constatamos que esse processo de desconcentração da atividade produtiva traz consigo a centralização financeira – as sedes das indústrias permanecem no centro da metrópole. Uma parcela significativa do capital financeiro aqui concentrado migra das aplicações financeiras no processo produtivo para o mercado de terras, pois o capital busca a realização de seus lucros. Resta saber como ocorre esse processo.

A constituição de um setor terciário moderno, num mundo onde a competitividade exacerbada provoca a diminuição das taxas de lucro, indica a necessidade de diminuição dos custos fixos, dentre eles o peso do imóvel que passa agora a ser alugado. A realização dessa atividade requer, também, condições novas para sua realização, com novas instalações,

²⁴ Sérgio Paulo Rouanet, *Mal estar na modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 22.

numa localização determinada. No centro da metrópole, onde estão concentradas as atividades financeiras, o estoque de terras indica esgotamento desde a década de 1970, o que demonstra sua expansão em direção à Avenida Paulista como mostra a pesquisa de Helena Cordeiro; nas décadas seguintes, esse transbordamento chega à região da Faria Lima, mas nos anos 1990, essa área não se encontra em condições de receber as novas atividades terciárias – a propriedade da terra que é condição de realização do capital se torna uma barreira a sua continuidade – o estoque de terras escasseou, produzindo o fenômeno da raridade do espaço.

É assim que o Estado assume um novo papel e através de um conjunto de medidas – sob a forma de Operação Urbana – vai desapropriar as terras necessárias para permitir a extensão da centralidade financeira e de serviços. Com as terras liberadas, mudanças na lei de zoneamento e de gabarito para permitir a transformação de uma área residencial e horizontalizada em área verticalizada, o Estado promove o prolongamento da Avenida Faria Lima e com ela, o espaço necessário à construção dos edifícios corporativos inteligentes, constituindo-se o que chamo de eixo empresarial-comercial da metrópole integrado ao mercado internacional e com forte presença de capital internacional.

A construção desses edifícios vai revelar a articulação de várias frações de capital – primeiro o financeiro, que vai ser aplicado na compra da terra pela mediação do setor imobiliário; depois o capital industrial, que vai produzir o prédio inteligente com modernas técnicas que, pela mediação do mercado, assegura a implantação do setor de serviços modernos. Mas como o capital não pode se fixar sob condição de imobilizar a reprodução do ciclo do capital, novas estratégias são produzidas.

É assim que os setores modernos não vão imobilizar capital na compra do imóvel, momento em que a locação vai assumir um papel importante; é o que demonstram os dados sobre o processo de valorização do solo urbano na metrópole – o preço do metro quadrado do solo urbano voltado ao mercado imobiliário de venda de imóveis não-residenciais apresenta uma curva descendente enquanto os preços do m², referente ao setor de aluguéis dos escritórios em São Paulo sinalizam uma curva ascendente. O capital financeiro fixado no mercado imobiliário encontra condições de circular, através da locação do imóvel; portanto, é assim que a administração dos edifícios assume papel fundamental para manter a taxa de ocupação dos escritórios.

Assim se articulam na **construção do eixo empresarial-comercial** da metrópole as várias frações de capital: o industrial que realiza o lucro através da construção dos edifícios corporativos; o capital financeiro realiza a renda fundiária; e o mercado de locação realiza o juro do capital investido na forma de fundo de investimento. Assim, a totalidade do capital se realiza através do espaço não mais apenas com a infra-estrutura de serviços e rede de circulação para a distribuição da mercadoria, mas através dele próprio, produzido enquanto mercadoria.

O espaço-mercadoria, tornado “produto imobiliário”, transforma-se numa mercadoria substancialmente diferente daquela produzida até então, pois trata-se, agora, de uma mercadoria voltada essencialmente ao “consumo produtivo”²⁵ – isto é, a produção do espaço de modo a permitir a valorização do capital. Por sua vez, esse processo requer uma outra relação Estado/espaço – pois só ele é capaz de atuar no espaço da cidade por meio de políticas que criam a infra-estrutura necessária para a realização deste “novo ciclo econômico”.

A produção da “cidade como negócio” sinaliza o espaço como condição da extensão do mundo da mercadoria, um movimento segundo o qual o solo urbano (que num determinado momento foi responsável pela fixidez do capital-dinheiro) cria a possibilidade da reprodução ampliada, realizando a possibilidade de extensão do valor de troca – revelando o movimento da propriedade privada na cidade enquanto momento da reprodução social.

No plano social esse processo revela profundas contradições – a área aonde o eixo vai ser construído está edificada, o que significa que a liberação das terras se faz pela força. A Operação Urbana Faria Lima, realizada pelo Estado através da legislação, vai criar o cenário propício à construção do eixo através da desapropriação das residências que estão no meio do caminho, permitindo o remembramento dos lotes e a mudança de gabarito construtivo. Assim, as pequenas casas residenciais dão lugar aos imensos edifícios corporativos, criando juntamente com a continuação da avenida o cenário da pós-modernidade da metrópole, agora transformada,

²⁵ Isso é, entendido como lugar da reprodução do capital financeiro em articulação estreita com o capital industrial (basicamente o setor de construção civil), que pela mediação do setor imobiliário transforma o investimento produtivo no espaço, sobrepondo-se ao investimento improdutivo, regulando a repartição das atividades e usos. Com isso, a passagem da aplicação do dinheiro acumulado no setor produtivo industrial passa para o setor imobiliário. Assim, a mercadoria-espaço mudou de sentido com a mudança de orientação das aplicações financeiras, que produz o espaço como “produto imobiliário”.

como apontam alguns pesquisadores apoiados na teoria de Saskia Sassen, em metrópole global integrada à economia globalizada.

Mas essa integração se faz às custas da desintegração de três bairros residenciais, revelando que a extensão do espaço enquanto mercadoria se realiza em detrimento do valor de uso, pois o valor de troca se autonomiza pela potencialização da propriedade enquanto direito e realidade, aprofundando a contradição uso-troca²⁶.

A avenida vai criar uma profunda cicatriz nos bairros, separando-os em dois, formando uma barreira intransponível para velhos e crianças, pois o par via-expressa—edifício corporativo interdita o corpo, ao mesmo tempo que produz ausências com a destruição do pequeno comércio, das casas derrubadas que levam os vizinhos para outros lugares, da mudança das casas residenciais em restaurantes, estacionamentos, lojas, que à noite escurece as ruas (o comércio tem seu horário de funcionamento)²⁷, as relações de vizinhança se deterioram.

Mas essa transformação não ocorre sem uma luta acirrada entre moradores residentes e a prefeitura, questionando a aliança do Estado com os setores econômicos interessados na Operação Urbana. A sociedade exige explicações que serão elaboradas pelo relatório de impacto ambiental que vai garantir que a Operação Urbana se realizará sem prejuízo para o meio ambiente. Aqui a produção do **saber aplicado** ganha relevância e o EIA RIMA realizado por uma equipe competente reunindo vários especialistas vai criar o discurso necessário à realização dessa estratégia. Enquanto saber técnico, a ciência parcelar, nesse caso, abdica de sua missão crítica, concluindo que o movimento contrário à realização da operação urbana se realizou por falta de informação.

Desse modo, a mobilização dos negócios com o solo urbano redefine o conteúdo da urbanização. A “metrópole como negócio” é assim, um momento central da reprodução sinalizando a vitória do valor de troca – o espaço tornado mercadoria através da qual o econômico se realiza – sobre o valor de uso, apontado por Lefebvre e, com isso, realizando a **negação da vida urbana**.

Esse processo realiza o espaço abstrato como momento do processo de produção da cidade, revelando, em última instância, as condições da

²⁶ O modo como a propriedade do solo urbano muda de mãos com a realização das operações urbanas – Faria Lima e Águas Espraiadas – revela esse fenômeno.

²⁷ Com os edifícios corporativos, surge uma nova vida noturna que atrai muita gente de vários lugares. Os antigos moradores se trancam em casa; aos jovens resta o fato de que a abertura da avenida, como eles mesmo atestam, deixou-os mais perto dos shoppings da área.

extensão da mercadoria, pela expansão do espaço enquanto valor de troca e novas contradições, ao mesmo tempo que, no centro do entendimento, o fenômeno urbano revela como e onde se encontra o possível na sociedade atual.

DA GEOGRAFIA À METAGEOGRAFIA

A renovação da Geografia nos anos 1970 no Brasil abriu a perspectiva de pensar o espaço em sua dupla determinação enquanto localização das atividades humanas e enquanto produto histórico-social e, com isso, a meu ver, abriu a possibilidade de seu entendimento enquanto condição, meio e produto da reprodução da sociedade hoje²⁸, – a formação do eixo empresarial-comercial de São Paulo aponta em que termos essa reprodução se realiza revelando os conteúdos da urbanização.

Para o prof Aziz Ab'Saber, a grande conquista da Geografia deste momento foi a descoberta do espaço enquanto mercadoria; todavia, sua potencialidade como elemento revelador da cidade segregada tem sido esquecida nos dias de hoje, talvez pelo fato de que com a crise do marxismo, ele foi abandonado ao invés de gerar sua crítica.

A ironia é que esse abandono coincide com a extensão da propriedade privada do solo urbano que transforma a própria cidade em mercadoria vendida no mercado que é o fundamento do projeto da cidade-empresarial, cujo exemplo paradigmático é Barcelona.

Assim, o momento atual coloca, para a Geografia, uma necessidade teórica – a produção de um conhecimento para dar conta das metamorfoses do urbano e que ao mesmo tempo contemple uma crítica à sociedade contemporânea fundada no mundial como momento de realização do capitalismo.

A primeira condição é a crítica à noção de cidade que presa à sua condição morfológica produziu a **cidade dispersa**; a segunda é focar a potencialidade do negativo, a contestação diante da deterioração da cidade e das condições de vida que aparecem através dos movimentos sociais urbanos. Aqui ganha expressão, na análise, a vida cotidiana.

O espaço fragmentado, partido, valorizado pela ação do poder político penetra na vida cotidiana desestabilizando-a, redefinindo o papel de cada

²⁸ Como demonstrei em minha tese de doutorado, A (re)produção do espaço urbano: o caso de Cotia. Publicada pela EDUSP em 1994.

habitante nos lugares da metrópole pela limitação ao uso do espaço onde a possibilidade criativa está reduzida e confinada; nesse processo, a cidade se opõe ao indivíduo enquanto objeto estranho, como potência independente, ao mesmo tempo que o aprendizado que vem da prática faz com que a consciência crítica ganhe potência sob a forma de contestação.

O lugar dos movimentos sociais na cena brasileira, em seus diferentes conteúdos, revela esse salto. Alguns denotam a urgência – moradia, emprego, serviços; outros colocam em cheque a produção da cidade através do questionamento das políticas urbanas, e do planejamento que aprofunda as desigualdades – como vimos no caso dos movimentos contrários à realização da Operação Urbana Faria Lima. Em sua missão e negatividade, os movimentos revelam, em maior ou menor grau, o momento crítico colocando em cheque a existência da propriedade da terra urbana, fundamento da segregação.

A segregação revela a extensão da propriedade que atravessa a história da civilização até atingir sua potência abstrata²⁹ nos dias atuais. É assim que ao colocar em cheque a existência da propriedade, os conflitos na cidade desmascaram a lógica das políticas urbanas que aprofundam a segregação através do direcionamento dos investimentos e a construção da infra-estrutura, provocando valorização diferenciada nos lugares da cidade.

Assim, no interior da prática urbana, as **contradições** eclodem. Nessa dimensão, a produção do espaço recoloca a contradição fundamental entre sua produção social e sua apropriação privada. Com ela, uma outra, a contradição entre necessidade – imposta pela reprodução econômica – e desejo – imposto pela reprodução da vida social. É esse processo que esclarece que o direito à cidade não se reduz ao direito à moradia, como aparece no debate atual, reduzindo o cidadão a consumidor de serviços, mas principalmente à realização do humano.

O plano prático-teórico, ao escancarar os conflitos, elucida a dialética do mundo, mas também a importância do entendimento do mundo para embasar a ação, convocando o método dialético – que tanto “para Marx, como para Hegel permitiria apreender um movimento em sua totalidade sem estilhá-la para apreender um momento”³⁰. Essa situação denota a necessidade da crítica à produção do conhecimento e do discurso político que, para manter a ordem do mundo sob a racionalidade do mercado,

²⁹ Karl Marx, *Manuscritos Económico-Filosóficos de 1844*. Bogotá: Editorial Pluma, 1980, p. 100.

³⁰ Henri Lefebvre, *la fin de l'histoire*. Paris: Anthropos, 2001, p. 162.

precisa produzir o conhecimento aplicado e o discurso técnico, fazendo com que a “tecnocracia sirva de álibi para a tecnocracia”³¹.

É a construção dessa crítica que constrói o caminho de uma metageografia. Não se trata, evidentemente, de transformar Geografia numa filosofia, mas de construir, através da crítica ao estado atual do conhecimento geográfico, um outro sentido para a cidade, capaz de orientar a construção de um projeto ultrapassando a pesquisa fragmentar e, ao mesmo tempo, voltando-se para a compreensão da praxis enquanto lugar dos resíduos – onde para Agoyard se instala o plural – capazes de ganhar potencialidade e fundar um projeto de metamorfose da realidade. Nos termos apresentados por Lefebvre, trata-se de **um pensamento-ação**. Assim colocado, a consciência da crise da cidade e do pensamento teórico realiza a crítica ao planejamento estratégico tão em voga nos dias de hoje.

O desafio da Geografia é aquele de superar as cisões decorrentes do aprofundamento de suas especializações, pela compreensão da práxis em sua totalidade – as relações sociais se realizando através do espaço em sua objetividade e subjetividade –, questionando a lógica capitalista que orienta a produção continuada da cidade, e o saber submetido às novas leis do mercado. Assim, a crítica à Geografia revela o plano superior, aquele da metageografia – a superação da Geografia, não sua destruição.

Nesse sentido, a idéia de uma metageografia se revela como um momento em que a emergência do debate sobre o direito à cidade produz a necessidade de pensar criticamente a realidade urbana na direção da construção de uma problemática urbana que coloque no centro o homem e a vida na cidade.

Nesses termos, a análise fundada na prática socioespacial requer o entendimento do cotidiano como categoria de análise em sua contradição entre sua normatização e organização alienada da vida e o que ela guarda de residual, o que Augoyard³² chama de insignificante para nele instalar o plural. Aqui ganha sentido a noção de apropriação enquanto crítica à existência da propriedade privada do solo urbano. A metageografia proporia, assim, uma nova inteligibilidade, não reduzida a um modelo de coerência, fornecendo um ponto de partida para a reflexão, enfrentando as limitações da Geografia enquanto ciência parcelar, introduzindo a Geografia

³¹ Henri Lefebvre, *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991, p. 80.

³² Jean Augoyard, *Pás à pás* (Essai sur le cheminement quotidien em milieu urbain). Paris: Éditions du Seuil, 1979.

enquanto pensamento fragmentar no movimento do processo geral do conhecimento.

Desse modo o pensamento metageográfico pode ser pensado como momento de superação – como momento de inflexão diante da crise teórico-prática da cidade. Assim, o movimento da análise revela como **positividade**, a crítica da Geografia em direção a um plano superior, ou seja, aquele da metageografia.

O DIREITO À CIDADE

O raciocínio desenvolvido até aqui pretendeu iluminar a produção da cidade enquanto potência estranha e, ao mesmo tempo, indicar que sob uma camada aparente de passividade imposta pela sociedade de consumo, a luta real e prática pela cidade deixa transparecer as contradições que estão na base da construção do urbano. No plano do conhecimento sobre a cidade, as contradições nem sempre estão claras como revelam os projetos, objetivando a superação dos problemas urbanos. Limito-me a apontar dois projetos. O primeiro é aquele da **gestão empresarial** que propõe a produção da cidade competitiva para o mercado, como estratégia política de desenvolvimento local, enfatizando a atividade turística como atividade produtiva e nesse processo, transformando a própria cidade que se transforma em mercadoria – aqui se realiza o estágio superior do desenvolvimento do valor de troca. Limito-me apenas a indicar esse projeto que mereceu profundas e pertinentes críticas de vários autores como Arantes, Maricato, Vainer, dentre outros.

Num caminho radicalmente diferente, encontra-se a proposta da “gestão democrática” apoiada no argumento da realização da cidadania através da “participação dos envolvidos” na gestão da cidade. Muitos autores vêem nessa possibilidade um projeto de transformação da realidade urbana suficiente para colocar fim aos problemas enfrentados na cidade. É nessa perspectiva que caminham as análises de Queiroz Ribeiro, Santos Jr, Azevedo, Gohn, dentre outros. Mesmo entendendo a importância em nossa sociedade, hoje, da criação do Estatuto da Cidade, da realização das Conferências da Cidade e da criação do Ministério da Cidade, como conjunto de medidas que relativiza a indiferença com a qual tem sido tratada no Brasil a profunda desigualdade com que a acumulação se realiza e se reproduz, o imenso coro de adeptos a esse projeto causa grande preocupação.

Em sua superficialidade analítica, os teóricos da “gestão democrática” chegam mesmo a achá-la revolucionária, quando, na realidade, é condição da reprodução capitalista em seu novo estágio de desenvolvimento. É necessário ressaltar que as análises de Annick Osmont³³ indicam que esse tipo de gestão funda o conceito de governança retomado pelo Banco Mundial no final dos anos 1980, ganha operacionalidade como modelo de ação cujo objetivo é permitir o “ajustamento” das economias em desenvolvimento às necessidades de expansão do neoliberalismo. Nessa direção, a nova gestão urbana produziria o ambiente propício à reprodução da lógica neoliberal sob o comando do Banco Mundial.

Fundamentando essa proposta, os conceitos de cidadania e de direito à cidade merecem especial atenção, pois seu esvaziamento concorre para a produção de um discurso fortemente ideologizado. Essa orientação chega até o limite da constatação de um “direito à paisagem”, não só presente no Plano Diretor de São Paulo como, também, num artigo de Olgária Matos³⁴ onde o conceito de paisagem se confunde com aquele de cidade e o de cidadão com aquele de *flaneur*.

A noção de cidadania, que funda a proposta de gestão democrática, tem se apoiado na definição de Marshall³⁵, para quem a cidadania teria como conteúdo a realização dos direitos civis, políticos e sociais. Merece atenção o destaque de Murilo de Carvalho³⁶ para quem o exercício de cidadania pode ocorrer mesmo sem que esses três direitos estejam presentes numa determinada sociedade. Em seu raciocínio, a reunião simultânea dos três constituiria a cidadania plena como ideal posto como horizonte para a sociedade ocidental, apesar de inatingível, pois a garantia de vigência desses direitos dependeria da existência de uma eficiente máquina administrativa do poder executivo, capaz de permitir à sociedade politicamente organizada de reduzir os excessos da desigualdade, produzidos pelo capitalismo, garantindo o bem estar para todos, com justiça social.

A cidadania assim concebida só poderia realizar-se no seio do Estado capitalista, como sua expressão lógica, limitada à existência da sociedade

³³ Annick Osmont, *Governances, Les annales de la recherche urbaine*, Paris, n. 80-81, p. 3-25, déc. 1998.

³⁴ Olgária Matos, *O direito à paisagem*, In: Pechman, Robert Moses (org.), *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

³⁵ T. H. Marshall, *Cidadania e classe social*, In: *Cidadania, classe social e status*, Rio de Janeiro: Zahar, 1967, capítulo 3.

³⁶ José Murilo de Carvalho, *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2004.

civil surgida com o desenvolvimento do capitalismo. Na direção oposta como argumenta Décio Saes³⁷, a conquista da cidadania “plena e ilimitada (...) situa-se além do horizonte da sociedade capitalista e de suas instituições políticas”³⁸, o que implicaria na superação desse modelo.

Este é o sentido das análises de Agnes Heller em seu livro “A filosofia radical”, onde escreve que o capitalismo produz uma série de carecimentos, dentre eles o que chama de carecimentos radicais – o de cidadania, por exemplo, “que se formam nas sociedades fundadas em relações de subordinação e de domínio, mas que **não** podem ser satisfeitos quando se resta no interior delas. São carecimentos cuja satisfação só é possível com a superação desta sociedade”³⁹.

O **direito à cidade**, nesse contexto, pode ser entendido como um carecimento radical, uma necessidade que surge na contramão da História que transforma a propriedade comunal em potência abstrata na sociedade capitalista. Na cidade, a negatividade da luta pelo direito à cidade indica a necessidade prática de superação da contradição uso-troca – essa contradição só se resolveria na superação daquilo que funda o capitalismo, a propriedade privada. Os movimentos sociais de moradia, ao colocarem a propriedade privada do solo no centro da luta, apontam a transformação radical da cidade vivida enquanto privação, como realização suprema da desigualdade. É assim que **consciência subjetiva desse processo** que revela a dialética do mundo, cria a necessidade da ação que põe fim à alienação percebida como estranhamento – isto é, a cidade enquanto exterioridade, perda, privação, caos; momento em que o triunfo indiscutível da técnica funda a ideologia do progresso que sustenta a “chantagem utilitária” que faz, da necessidade do capital aquela de toda a sociedade, como aponta Veinhaguen.

Assim se revela o mesmo horizonte delineado por Marx na questão judaica; a transformação radical da sociedade deve negar a política: primeiro, porque ela reduz o homem a membro de uma sociedade civil submetido ao egoísmo, à propriedade privada; segundo, porque o

³⁷ “As liberdades civis se configuraram como fenômeno essencial e necessário à reprodução do capital, pois o poder político continua nas mãos dos grandes bancos e das instituições ou sociedades financeiras por isso os governos de esquerda sempre tiveram que se adaptar ao poder da classe capitalista gerindo a economia dentro dos limites fixados pelos interesses econômicos e políticos da classe social” (SAES, p. 25-26). Décio Azevedo de Saes, *Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania*, Crítica Marxista, São Paulo, Boitempo, n. 16, p. 9-38, março 2003.

³⁸ Op cit, idem, p. 38.

³⁹ Agnes Heller, *A filosofia radical*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 143.

político está submetido ao controle burocrático que escapa ao controle democrático; em terceiro lugar, porque o partido político está submetido a suas alianças.

É nesse debate que se insere “o direito à cidade” como negação daquilo que funda a sociedade capitalista propondo sua própria superação. É nessa direção que nos leva o pensamento de Dom Thomaz Balduino quando afirma que no campo estão os movimentos sociais que se movem pelo direito à terra, entendendo-o como “dignidade, partilha, festa, poesia, alegria de viver”. Sentido último, da idéia de “direito à cidade” exposta por Henri Lefebvre onde se manifesta como forma superior dos direitos, enquanto direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e à habitação. Aqui o direito à obra e o direito à apropriação se imbricam dentro do direito a cidade, revelando plenamente o uso.

O direito à cidade revela, portanto, a iniciativa, a passagem para a ação, colocando em cheque a totalidade do social submetida à economia e, por isso mesmo, às regras do crescimento econômico. Assim, a luta em torno do direito à cidade é um produto da história da produção da cidade. Mas como escreve Bensaid, “nossa tarefa é provar que pode haver humanidade e um mundo habitável para além do capital”⁴⁰.

A construção de uma metageografia, segundo os termos apontados nesse texto, interroga o possível e neste plano situa a possibilidade da apropriação da cidade pelo cidadão que hoje só se realiza residualmente na metrópole. Nessa construção, ganha potência a noção de “direito à cidade” como negação do mundo invertido, aquele das cisões, da identidade abstrata, da passividade, da constituição da vida como imitação de um modelo de felicidade forjado na posse de bens; da segregação fundada na propriedade privada; da importância da instituição e do mercado; do poder repressivo, do desaparecimento das particularidades; do processo que produz o tempo enquanto efêmero e o espaço enquanto produção amnésica; da redução do espaço cotidiano ao homogêneo, destruidor da espontaneidade e do desejo.

Só assim é possível a construção de uma “outra cidadania” nascida no seio do cotidiano – assim as idéias apresentadas, antes de ser uma síntese de minhas pesquisas, é a abertura possível.

⁴⁰ Daniel Bensaid, *Para cambiar el mundo*. Madrid: Catarata, 2004, p. 12.

BIBLIOGRAFIA

- ANSAY, P.; SCHOONBRODT, R. *Penser la ville* (Choix de texts philosophiques). Bruxelles: AAM editions, 1989.
- ARANTES, Otilia. *Urbanismo em fim de linha*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- ARISTÓTELES. *Poética*. Buenos Aires: Leviatán, 2002.
- ASCHER, François. *Métapolis: ou l'avenir des villes*. Paris: Éditions Odile Jacob, 1995.
- AUGOYARD, Jean F. *Pás à pás* (Essai sur le cheminement quotidien en milieu urbain). Paris: Éditions du Seuil, 1979.
- BAUDELAIRE, Charles. *As flores do mal*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1985.
- BAUDRILLARD, Jean et al. *Citoyenneté et urbanité*. Paris: Ed. Esprit, 1991.
- BENJAMIN, Walter. Paris capital do século XIX. In: KOTHE, Flávio (org.). *Walter Benjamin*. São Paulo: Ática, 1985.
- _____. *Rua de Mão Única*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BENSAID, Daniel. *Para cambiar el mundo*. Madrid: Catarata, 2004.
- BERQUE, A. *Du geste a la cite*. Paris: Editions Gallimard, 1993.
- BORJA, Jordi. *La ciudad conquistada*. Madrid: Alianza Editorial, 2003.
- BURGEL, Guy. *La ville aujourd'hui*. Paris: Hachette, 1993.
- CANCLINI, Nestor. *Imaginarios urbanos*. Buenos Aires: Eudeba, 1999.
- CANEVACCI, Massimo. *A cidade polifônica*. São Paulo: Studio Nobel, 1993.
- CARLOS, Ana Fani A. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1994.
- _____. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *Espaço e tempo na metrópole*. São Paulo: Contexto, 2001.
- CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- CENTRE de Recherche et d'actions sociales. *Pour la ville*. Paris: CERAS, 1995.
- CORPS écrit. *La ville*. Paris: Presses Universitaire de France, 1989.
- CHOMBART DE LAUWE, Paul-Henri. *La fin des villes: mythe ou réalité*. Paris: Ed. Calmann Lévy, 1982.

- CITATI, Pietro. *Goethe*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- DEBORD, Guy. *La société du spectacle*. Paris: Éditions Gallimard (Folio), 1992.
- DUVIGNAUD, Jean. *Lieux et non lieux*. Paris: Galiléé, 1977.
- EVENO, Claude. *Le carnet de ville*. Paris: Les éditeurs de l'imprimeur, 1994.
- FUTUR Antérieur, n. 29. (Nouveaux territoires urbains). Paris: L'Hamattan, 1995.
- GEORGE, Pierre. *Fin de siècle à l'occident: déclin ou métamorphose*. Paris: PUF, 1982.
- GOMES, Paulo César. *Condição Urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- GUIGOU, Jean. *Une ambition pour le territoire: aménager l'espace et le temps*. Paris: Éditions de l'Aube, 1995.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- _____. *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola, 2004.
- HAUSER, A. *História social da literatura e da arte*. São Paulo: Mestre Jou, 1982.
- HEGEL, G. W. *Filosofia da história*. Brasília: Editora UNB, 1999.
- HEIDEGGER, Martin. *Arte y poesía*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- HELLER, Agnes. *A filosofia radical*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- HORKHEIMER, Max. *Eclipse da razão*. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976.
- HOLLOWAY, John. Douze thèses sur l'anti pouvoir. In: *Changer le monde sans changer le pouvoir*, revue Contre temps, Textuel, Paris n. 6, p. 38/44, jan-fev. 2003.
- KOWARICK, Lúcio. Espoliação urbana, lutas sociais e cidadania: fatias de nossa história recente. *Espaço & Debates*, São Paulo, p. 105-111, n. 40, 1997.
- LACOSTE, Yves. *Paysages politiques*. Paris: Biblio Essais, 1990.
- LA VILLE. *Le courrier du CNRS*, Paris, n. 81, 1994.
- LEFEBVRE, Henri. *Contribution à l'esthétique*. Paris: Éditions Sociales, 1953.
- _____. *Metafilosofia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- _____. *Posição: contra os tecnocratas*. São Paulo: Documentos, 1969.
- _____. *La revolution urbaine*. Paris: Gallimard, 1970.
- _____. *Le droit a la ville suivi de l' espace et politique*. Paris : Anthropos, 1974.

- _____. *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Península, 1978.
- _____. *Uma pensée devenue monde*. Paris: Fayard, 1980.
- _____. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1986.
- _____. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
- _____. *La fin de l'histoire*. Paris: Anthropos, 2001.
- LÉVY, Jacques. *L'espace légitime*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1994.
- LÉVY, Jacques et al. *De la ville et du citoyen*. Lille: Éditions Parenthèses, 2003.
- LE GOFF, Jacques; GUIEYSSE, Louis. *Crise de l'urbain, futur de la ville* (Colloque de Royaumont). Paris: Ed. Economica, 1985.
- MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo, Hucitec, 2000.
- _____. *O poder do atraso*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. *A sociedade vista do abismo*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MARSHALL, T. H. Cidadania e classe social. In: *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARX, Karl. *Manuscritos Económico-Filosóficos de 1844*. Bogotá: Editorial Pluma, 1980.
- _____. *A questão judaica*. São Paulo: Moraes, 1984.
- MATOS Olgária. O direito à paisagem. In: PECHMAN, Robert Moses (org.). *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Cadernos MCIDADES*. Brasília, n. 1 a 6, 2004.
- MONGIN, Olivier. De la ville à la non ville. In: LÉVY, Jacques et al. *De la ville et du citoyen*. Lille: Éditions Parenthèses, 2003.
- NIETZSCHE, F. *Nietzsche correspondência com Wagner*. Lisboa: Guimarães Editores, 1990.
- OSMOND, Annick. Governances. *Les annales de la recherche urbaine*. Paris, n. 80-81, p. 3-25, déc. 1998.
- PACQUOT, Thierry L. *Homo urbanus*. Paris: Essai Éditions du Félin, 1990.

- _____. (org.). *La ville et l'urbain, l'état des saviors*. Paris: Éditions la découverte, 2000.
- PEREC, Georges, *Espèces d'espaces*. Paris: Gallilée, 1974.
- PRADILLA COBOS, Emilio. Teoría territorial: entre globalización e fragmentación. *Ciudades*, Puebla, n. 29, ene.-mar. 1996.
- PRIGOGINE, Ilya. *Temps à devenir – a propos de l'histoire du temps*. Paris: Musée de la Civilization, Éditions Fides, 1994.
- REVUE LE DEBAT. *Le nouveau Paris*. Paris, Gallimard, n. 80, mai-août 1994.
- RIBEIRO, Orlando. *Geografia e Civilização*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992.
- RONCAYOLO, Marcel. *Les grammaires d'une ville* (essai sur la genèse des structures urbaines à Marseille). Paris: EHESS, 1996.
- _____. *La ville et ses territoires*. Paris: Gallimard, 1990.
- _____. *Formes des villes* (Ville, Recherche, Diffusion). Nantes: Université de Nantes, (mimeografado). s/d.
- ROUANET, Sergio Paulo. É a cidade que habita os homens ou são eles que moram nelas? In: *Simpósio Sete Perguntas a Walter Benjamin*, Instituto Goethe, São Paulo, 1990.
- _____. *Mal estar na modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS JR, Orlando; RIBEIRO, L. C. Queiroz; AZEVEDO, Sérgio (orgs.). *Governança e poder local*. Rio de Janeiro: Renevan, 2004.
- SAVY, Michel; VELTZ, Pierre. *Économie global et réinvention du local*. Paris: L'Aube Datar, 1995.
- SCHERRER, Franck. Les rythmes urbains. In: *La ville, Le courrier du CNRS*. Paris, n. 81, 1994.
- SAES, Décio. Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania. *Crítica marxista*, São Paulo, Boitempo, n. 16, p. 9-38, março 2003.
- SILVA, José B. et al. *A cidade e o urbano*. Fortaleza: Edições UFC, 1997.
- SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- SÓFOCLES. *A trilogia tebana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

SOUZA Marcelo Lopes de. *O desafio metropolitano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, Maria Adélia A. de et al (org.). *Metrópole e Globalização*: São Paulo: Ed. CEDESP, 1999.

VASCONCELOS, Pedro; SILVA, Sylvio Mello e. *Novos estudos de Geografia Urbana brasileira*. Salvador: Editora Universidade Federal da Bahia, 1999.

VELTZ, Pierre. *Des territoires pour apprendre à innover*. Paris: Éditions de L'Aube, 1994.

VIRILIO, Paul. *Esthétique de la disparition*. Paris: Editions Balland, 1980.

Recebido em 30/09/2005

Aceito em 2/12/2005